

Δ contranarrativa para os estudos feministas

Jailma Pedreira¹

As teorias feministas, como outras formas de pós-modernismo, deviam nos estimular a tolerar e interpretar a ambivalência, a ambigüidade e a multiplicidade (...) Se fizermos nosso trabalho bem, a “realidade” parecerá ainda mais instável, complexa e desordenada.

Jane Flax

Os estudos feministas lidam de diferentes maneiras com as questões levantadas pelo debate pós-moderno. Algumas teóricas se reconhecem nesse campo de luta, ou seja, reconhecem as questões levantadas pela filosofia pós-moderna como algo inerente aos seus conflitos, reconhecem a contribuição de certos estudos descentrados para ampliar o debate feminista na academia, para, inclusive, fazer-nos repensar sobre a nossa pretensa ausência de teoria ou sobre o campo minado que pisamos quando buscamos diuturnamente outras linhas de combate. Mas há também quem renegue a contribuição desses estudos ou quem, numa posição de extrema vigilância, vacila em não repensar o seu texto fazendo deste uma arma contra si mesmo. As tensões existem e os olhares, num ataque-defensivo para com a textualidade contemporânea, multiplicam-se. É justamente sob esse prisma, textual, que procuro analisar os focos interpretativos, as posições e fixações.

¹ Prof. Assistente da UNE. Doutoranda em Letras pela UFBA.

O pós-modernismo, na esteira de uma concepção de pós-modernidade, é visto, por vezes, de forma unilateral. Heloísa Buarque de Holanda no seu texto *Políticas da teoria* (1992) nos diz que embora a polémica sobre o tema já revele a diversidade de interpretações, para uma grande maioria este é um movimento que repudia o modernismo para celebrar o *status quo*, ao invés de se pensar outras imbricações, problematizações significativas que a questão demande. Dessa forma, vira interpretação comum ligar, de forma depreciativa e apressada, o movimento ao neoliberalismo com a sua política e economia de mercado ditas plurais. Diante dessa associação reducionista e unilateral a aproximação, a troca entre os estudos feministas e os estudos pós-estruturalistas, ou a apropriação de um campo pelo outro, é, por vezes, feita sob receios engendrados por uma fixidez de sentido, de conceito, de leitura e de método.

De qualquer forma, é esse contexto múltiplo em suas argumentações constitutivas que vai nos colocar em frente a alguns perigos e desafios interpretativos. Segundo Holanda, em seu outro texto intitulado *Feminismo em tempos pós-modernos* (1994), o pós-estruturalismo ao falar de um sujeito difuso e descentrado e nomeá-lo como feminino traria o perigo de uma reuniversalização da subjetividade que comprometeria a eficácia discursiva e teórica do feminismo e sua recusa ao essencialismo. Um outro perigo seria, diante da prática política exemplar do feminismo na defesa da cidadania, este ser identificado como o discurso do *outro*, o local do pânico no despon-tar do novo milênio.

Para nós, o perigo da universalização aponta para a dificuldade em lidar com o descentramento, com a mobilidade dos signos que, não praticada, recai na fixidez de um pólo e no medo de ser visto como o *outro*, determinado em sua fixidez binária como par opositivo ou local do pânico. Se o pós-modernismo, como nos diz Holanda ao falar do feminismo em tempos pós-modernos, instaura a crise da representação e do social enquanto a crítica feminista luta

pela necessidade de significação (e esta seria uma diferença entre ambos), poderíamos rasurar esse texto dizendo que a luta pelo significar pode cair na cilada do refixar, enquanto que, reconceituando a noção de crise de representação, o pós-modernismo pode apontar para um escapar da fixidez ou para a necessidade de um constante ressignificar. É com essa abertura que solicitamos, para uma intervenção tática menos escorregadia, uma metaforização de conceitos como pluralismo, difuso, crise ... que têm um valor pré-estabelecido.

Hollanda continua a nos falar das reações do feminismo frente às forças textuais contemporâneas. Segundo ela, tanto na corrente anglo-saxônica como no feminismo francês há uma busca pela identidade e isto deve ser somente uma necessidade tática, visto que esta busca está comprometida com a economia humanística e com a estrutura da lógica patriarcal. Um outro problema seria a centralidade da linguagem desarticulada com a variedade das práticas sociais que entram na constituição dessa mesma linguagem.

Hollanda denuncia que há ainda certas análises feministas da produção literária que centram suas reflexões numa suposta e natural especificidade da linguagem e/ou escrita feminina ou ainda na afirmação de uma identidade feminina. Em contraponto, visualiza uma flexibilização no feminismo que segue em direção a uma radical crítica da cultura. Para ela as teorias críticas feministas sofreram uma revitalização com os estudos sobre os processos de construção da subjetividade feminina nos países periféricos.

Ao nosso ver é justamente essa politização da subjetividade que nos sugere a teoria pós-colonial e a filosofia pós-moderna, ao contrário da noção problemática de identidade. A linguagem então, nesse outro olhar, nesse outro modo de interpretar, tem um outro sentido: não está deslocada das forças sociais, presa a uma pureza ou centralidade que só revela uma não abertura a mobilidade dos signos culturais.

Se há um enfoque, dessas teorias, na linguagem é porque se descobre o quanto que ela tem uma performatividade na nossa vida, nos nossos atos, no nosso cotidiano, nas relações de opressão. O teórico Homi Bhabha, em *A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo* (1998) verifica o quanto que o discurso do colonizador, na sua estratégia estereotípica de identificação e de conhecimento, produziu e nomeou seres deformados, cuja diferenciação recebia, nas relações de forças textuais, a marca do inferior. Daí se pensar numa escrita que nomeava e tomava posse da terra e da mulher fazendo repetir um eterno feminino é um passo. Dessa forma, a nossa luta é com e contra a linguagem, ou como diria Holanda (1992, p. 14), “a realidade pós-moderna apresenta-se assim como realidade tática cuja eficácia é diretamente proporcional à sua luta contra a linguagem a ao seu compromisso com a desarticulação dos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos.”

Portanto, como vimos, precisamos pensar em termos táticos, mas, eficazes; a propósito repensar o conceito que temos sobre linguagem e texto, por que volta e meia fazemos leituras ainda marcadas por uma estabilidade que nos remonta a estereótipos discursivos que queremos combater. É o que vai nos dizer Jane Flax, em *Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista* (1992) quando afirma sua preocupação em *pensar o pensar*, ou pensar mais como pensamos acerca das relações de gênero ou de quaisquer outras relações sociais.

Nesse intuito, Flax se propõe a rever o movimento teórico dos estudos feministas. A princípio nos demonstra ainda operar com a dicotomia teoria e prática já que afirma que sem as ações políticas feministas, as teorias permaneceriam inadequadas, ineficazes. Em seguida, agenciando uma metateoria, como contribuição da filosofia pós-moderna, se propões rever os embates, as tensões e as respostas que as teóricas feministas têm sugerido para as questões levantadas.

Segundo Flax, a teoria feminista tem uma afinidade com a análise das relações sociais e com a filosofia pós-moderna. Aliás, para ela, a teoria feminista seria um tipo de filosofia pós-moderna visto que os filósofos pós-modernos procuram colocar em radical dúvida crenças provenientes do Iluminismo como: a existência de um eu estável e coerente, o império da razão universal e transcendental, a ciência como exemplo do uso correto da razão, como paradigma para todo conhecimento verdadeiro e a linguagem como vetor de transparência do real, ou seja, a idéia de uma correspondência entre palavra e coisa como se os objetos não fossem lingüisticamente (ou socialmente) construídos, mas apenas trazidos à consciência pela nomeação e pelo uso correto da linguagem. Segundo Flax (1992, p. 224),

as feministas, como outros pós-modernistas, começaram a suspeitar que todas essas afirmações transcendentais refletem e reificam a experiência de umas poucas pessoas – predominantemente homens brancos ocidentais.

Nesse contexto tático e desconstrutor, a fixação do natural e do metafísico é uma barreira comum, que faz com que repensemos as coordenadas de nossas questões: o gênero não pode mais ser tratado como fato simples e natural e ao focarmos a mulher como nossa problemática deveríamos ter o cuidado para, ironicamente, não privilegiarmos o homem como não problemático ou livre das relações de gênero; em outras palavras deveríamos pensar mais na questão das relações.

Os estudos das relações de gênero então, conforme Flax, parecem ter dois níveis de análise: o gênero por vezes é tratado como uma construção ou categoria do pensamento que nos ajuda a entender histórias e mundos sociais particulares e noutras vezes (ou concomitantemente, podemos admitir) como uma relação social que entra

em todas as atividades e parcialmente as constitui. Nessas linhas, para Flax, as teóricas feministas têm procurado, para o estudo das relações de gênero, causas e explicações falhas, inadequadas e predominantemente deterministas, como, por exemplo, a localização da origem dos sistemas de gênero na transformação de bruto sexo biológico em gênero ou a *aplicação* acrítica de Marx, a localização da causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual de trabalho ou, ainda, a estrutura das práticas de educação de crianças como a raiz das relações de gênero, ou mesmo a questão já tocada da centralidade da linguagem.

Parece-me que o que perpassa é novamente uma questão de mobilidade, de jogo de cintura, de vigilância sim, de adequação ou desterritorialização constante dos signos, dos valores, dos modos de pensar. Flax ao tratar da estratégia teórica da centralidade da linguagem afirma que o problema de se pensar sobre (ou somente em termos de) textos, signos e significação é que eles tendem a tratar de uma vida que pertence a eles mesmos ou a se transformarem no mundo como se a atividade humana modelar fosse a crítica literária ou escritura. Essa abordagem negaria a existência de uma variedade de práticas sociais concretas, relações de dominação, que entram e se refletem na constituição da própria linguagem. Além disso, muito da escritura feminista francesa parece assumir uma disjunção radical, construída em bases ontológicas, entre signo/mente/masculino/mundo e corpo/natureza/feminino. Dessa forma, a recuperação ou reconstituição da experiência feminina - escrita do corpo - seria incoerente já que o corpo visto como pré-lingüístico e pré-social nada teria a dizer.

De outro ângulo, fica claro que há uma fixidez nos conceitos de texto e linguagem. No texto não haveria relações de força, estaria fechado numa totalidade que imprime para si uma regra e um modelo de feitura e de leitura. Assim também a linguagem, como é pensada, remete para uma experiência primeira e pura associada à

experiência feminina ou à escrita de um corpo vazio de escritos. Tanto o texto como a linguagem, associada à experiência primeira, viram locais inatingíveis, distanciados, presos a um fenômeno literário que se subscreve nas nuvens, portanto distanciado da guerra terrena de relatos. Nada mais metafísico. Defesa perigosa para quem quer combater um texto que em seu significado patriarcal fixado, nos deixou à margem da sua grande narrativa, como se fossemos incapaz de alcançar essa escritura sacralizada, purificada, distanciada ainda que a sentíssemos de forma viva e nociva no cotidiano.

Talvez devêssemos dizer o quanto é necessário pluralizar as leituras, atribuir outros sentidos para a escrita do corpo, do desejo, do inconsciente, rever o olhar sobre o texto, sobre a linguagem. Joan Scott em *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista* (1999) nos ajuda nesse movimento quando faz uma apropriação ativa do pós-estruturalismo. Para ela que inicia o seu ensaio enfatizando a importância e a necessidade da teoria, o pós-estruturalismo deu-lhe os elementos de clarificação que estava procurando. Como um movimento que repensa a estruturalidade fechada da noção de texto, para Scott o pós-estruturalismo oferece conceitos bastante úteis para as feministas como: desconstrução, diferença, discurso e linguagem. Sendo este último focado pelas feministas como ponto es-corregadio e ineficaz nas suas teorias, é com Scott que procuramos clarificar o campo interpretativo fechado e pouco produtivo que tem se atribuído à linguagem. Sem prestar atenção na linguagem, nos diz Scott (1999, p. 205), “e nos processos mediante os quais se constituem os significados e as categorias, só se impõem modelos supersimplificados no mundo, modelos que perpetuam a compreensão convencional em vez de abrir novas possibilidades interpretativas”.

A análise da linguagem providencia, em contraponto a oposição materialista/idealista que ronda essa abordagem, “de um ponto crucial de entrada, um ponto de partida para entender como são

concebidas as relações sociais e, portanto, como estão organizadas as instituições, como se vivem as relações de produção e como se estabelece a identidade coletiva” (SCOTT, 1999, p. 205). Se os pós-estruturalistas insistem que as palavras ou os textos não têm significados intrínsecos ou imutáveis, não há uma relação transparente entre eles e as idéias, entre a linguagem e o mundo, as perguntas, então, seriam: como mudam os significados? O que estes processos revelam sobre como o poder é constituído e manejado? Como analisar textos específicos (incluindo as práticas culturais) em termos de significados históricos e contextuais?

É com o conceito de discurso que Scott encontra meios de responder a essas perguntas visto que o discurso seria “uma estrutura histórica, social e institucional específica, de enunciados, termos, categorias e crenças” (SCOTT, 1999, p. 206). A elaboração de significado implicaria conflito e o poder para controlar determinado campo de força discursivo residiria em alegações referidas a um saber científico incrustado não somente em escritos convencionais, mas também em organizações disciplinares e profissionais, em instituições e em relações sociais. Dessa forma, tudo isso constitui textos ou documentos para serem lidos.

Entretanto, a questão se coloca com algumas diferenças no posicionamento de Richard em *Diferença sexual, gênero e crítica feminista* (2002). Para esta teórica, contra a armadilha que fixa o signo mulher numa essência natural e metafísica a crítica feminista deveria tomar prioritariamente em conta a linguagem e o discurso, logo, a teoria como possibilidade de tomada de consciência do caráter discursivo do real-social. Contudo, essa abordagem semiótico-discursiva do social e do cultural na América latina tem sofrido enérgicas reações, seja porque a teoria feminista internacional circule através daquelas lógicas de reprodução universitária, globalizadas pela academia, subordinando o feminismo latino-americano ao seu registro hegemônico; seja porque o cenário latino-americano, marca-

do por condições históricas e sociais de exploração, miséria e desigualdade firmando o patriarcado, suscite uma reação, já convencionalmente fixada, para com o discurso e a filosofia que prega a necessidade, localizada em pólo oposto, de ação e compromisso político.

O fato é que, segundo Richard, a relação de conflito que tem se estabelecido entre a periferia latino-americana e a teoria internacional de centro tem tomado a forma de uma oposição entre experiência (vista como o mundo prático da vida cotidiana e da intervenção direta na vida social) e discurso (tomado como o mundo abstrato da reflexão especulativa, que permanece prisioneira do academicismo) o que acaba sendo um deslize do feminismo latino-americano, visto que esta oposição só reforça a codificação de uma outridade do feminino e do latino-americano, que se baseia nos mitos, numa mitologia do natural como consciência espontânea e narrativa primária de um corpo de origem. Além disso, também nos alerta Richard, fixar o feminino na imagem do corpo-natureza da América Latina, como território virgem, desistoriciza o significado político das práticas subalternas que reinterpretam, hibridamente, os signos da cultura dominante no interior de suas brechas de poder.

Dessa forma, contra a ditadura de um mercado literário globalizado a crítica literária deveria agir como um vetor de descentramento do significante a interrogar os mecanismos de centralização do sentido e da identidade presentes nas formações discursivas incluindo a da literatura de mulheres ou da crítica feminista latino-americana. O feminino então, tornar-se-ia um conceito-metáfora que serve para nomear diferenças que tornariam ambíguo o significado de qualquer oposição binária, pontua Richard.

Entretanto, mostrando-se bem familiarizada com os conceitos desconstrutores da filosofia pós-moderna também escorrega (talvez propositalmente) nos binarismos que capturam, inclusive, o nosso *pensar sobre o pensar*. Richard fala dos pontos

movediços da nossa contranarrativa, elege como tópico problemático a experiência e a representação, mas não consegue escapar dessa dicotomia. Até aponta uma solução para uma questão que emerge quando se dá a tensão ativa entre feminismo e pós-modernismo: a fragmentação e dispersão operadas por este e a significação-identificação emancipatória batalhada por aquele. Para Richard lidar com a instabilidade visualizada pela filosofia pós-moderna ou interpretá-la ativamente solicita de nós não mais gestos unilaterais ou dicotômicos, mas duplos e desdobrados, solicita-nos mobilidade ou uma multilocalização estratégica que nos permita deslizar entre as políticas da identidade e as poéticas da subjetividade.

Contudo, Richard, diante da desconstrução pós-moderna, questiona os rumos da apropriação de um debate já instaurado pelo feminismo. Segundo ela a desconstrução não é algo novo, não deveria ser patenteada pelo pós-modernismo derridiano, visto que o feminismo já a efetiva há muito. Parece nesse momento não reconhecer nenhuma contribuição da filosofia pós-moderna no sentido de expandir a briga feminista nos terrenos mais fechados, territorializados e hierárquicos de poder, na academia. Pelo contrário, seu questionamento recai, numa reincidência com matizes diferenciais, sobre como a hipertextualização pós-estruturalista generaliza os textos e as diferenças apagando a radicalidade da diferença sexual colocada pelo debate feminista. O feminismo teria virado uma alegoria no hipertexto filosófico, um corpo desencarnado que tem provocado, por parte das feministas, uma reafirmação deste corpo, não mais tomado como essência, mas como afirmação da materialidade eficiente da filosofia feminina.

Diferença sexual nos lembra outros deslizos, essencialistas, e alegoria da linguagem nos lembra a retórica com seu potencial de linguagem performático esvaziado. Entretanto, o debater-se de Richard fica mais evidente quando esta coloca a falta de solidarie-

dade ou interlocução dos ditos parceiros desconstrutores. Para a teórica o feminino da desconstrução fica geralmente circunscrito ao plano especulativo da abstração filosófica e os autores femininos não se sentem obrigados em estabelecer um compromisso nem com as mulheres reais da luta política e nem com a ação teórica do feminismo. O singular concreto das mulheres seria apagado pela generalização pós-moderna da diferença como lugar exclusivamente textual de uma nova multiplicidade, agora desencarnada.

A via de questionamento de Richard é extremamente perigosa. Os pares opositivos, abstrato e concreto, nos remontam a outras oposições das quais fomos alvo; a reivindicação de uma prática política, ou melhor, o suposto distanciamento desta numa teoria filosófica desconstrutora nos remonta a problemática do texto, do hipertexto, da centralidade da linguagem, da experiência como prática política concreta e da representação como especulação filosófica distanciada.

Talvez uma mexida nos termos, mas ainda um binarismo reductor que se fixou no separatismo teoria e prática tão convencionalmente pensado e assimilado. Para isso mais uma vez Joan Scott quando escreve *História das mulheres* (1992) parece nos trazer um depoimento rentável de quando se propôs a essa tarefa. Segundo ela os historiadores das mulheres que rejeitam a teoria em nome da política, estão curiosamente aliados àqueles historiadores tradicionais que consideram o pós-estruturalismo (e consideravam a história das mulheres antes) uma antítese aos princípios de sua disciplina. Aliás, para Scott, essa oposição entre teoria e prática é falsa e a insistência nesse separatismo pode revelar a resistência de um lugar enunciativo de poder, geralmente denominado de política, bem como ocultar o intrincamento entre esses conceitos.

Dessa forma, a ambivalência marca a escritura tática das mulheres, a sua teoria-prática. Como tratar das questões que um olhar sobre ela levanta? Um olhar inclusive sobre a textualidade contemporânea e suas reservas de sentido? Penso que talvez não

tenhamos atentado para a radicalidade semiótico-discursiva. Diante da incógnita deixada por Holanda em *Feminismo em tempos pós-modernos* (1994), quando afirma a potência do contradiscurso feminista numa época em que se fala do fim das ideologias e da ineficácia dos discursos contestatórios, penso que talvez não tenhamos atentado ainda para a radicalidade da nossa contranarrativa. Mas, como vimos, creio que precisamos desterritorializar, sempre, o nosso sensor vigilante. Suplementando a preocupação de Flax, diria que precisamos pensar sobre as formas como pensamos sobre o pensar. E isto, para o olhar que geralmente é capturado pelo significado já fixado, é preciso dizer, não é um jogo alegórico de linguagem.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi K. “A outra questão: o Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo”. In: _____. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 105-128.

FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista.” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org) Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 217-250.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Políticas da Teoria.” In: __ (org) Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: ROCCO, 1992, p. 7-14. _____. “Feminismo em tempos pós-modernos”. In: __ (org) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rocco, 1994, p. 7-19.

MOREIRA, Osmar. Folhas venenosas do discurso. Salvador: UNEB-Quarteto. 2002

PEDREIRA, Jailma. Sob a luz de lampião: maria bonita e o movimento da subjetividade de mulheres sertanejas. (dissertação de mestrado em vias de publicação) Salvador: UFBA. 2003

RICHARD, Nelly. “Diferença sexual, gênero e crítica feminista”. In: _____. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. (Trad. Rômulo Monte Alto.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 142-172.

SCOTT, Joan. “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”. In: *Debate feminista*, México: s/ed, 1999, p.203-222.

_____. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 63-95.